

Jose Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra

Intervenção aquando da Mesa de Honra

das

VIII Jornadas Novos Paradíguas da Proteção Civil

Centro Cultural | Vale de Cambra

11 de maio de 2018

Ex.mo Senhor Codis António Ribeiro que representa o Secretário de Estado da Proteção Civil que se viu à última hora impossibilitado de estar presente.

Exmo Senhor Vice-Reitor da Universidade Lusófona do Porto

Prof Dr Joaquim Pais Barbosa

Exma Senhora Delegada da Administração da Universidade Lusófona do Porto

Dra Natália Pereira

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra

Dr Miguel Soares

Exmo Senhor Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra e na sua pessoa, cumprimento o restante corpo ativo.

Sargento Aníbal Guerra dos GIPS e na sua pessoa os seus camaradas.

Presidente da Rede Scientiae

Dr Tiago Fernandes

Um cumprimento também especial e de agradecimento:

Ao senhor Presidente da Comissão Técnica Independente

Dr João Guerreiro

Ao Senhor Presidente do Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil.

Dr Duarte Caldeira

Ao Senhor Presidente do Centro de Estudos de Incêndios Florestais

Dr Domingos Xavier Viegas

Saúdo também todos os oradores dos painéis seguintes e agradeço pela presença e prestimosa colaboração.

Cumprimento todos os autarcas, Comandantes de Bombeiros, Bombeiros, Agentes da GNR, Técnicos de Proteção Civil, Técnicos Florestais, investigadores, dirigentes associativos e demais pessoas aqui presentes que de norte a sul do país quiseram estar entre nós.

Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus senhores

Sejam muito bem vindos ao Berço Nacional dos Lacticínios

À Capital do Aço Inoxidável

E a este nosso Vale Mágico.

Dou as boas-vindas a todos os presentes nesta conferência e formulo votos de que a mesma seja de elevada utilidade e permita ajudar a repensar todo este complexo problema que temos pela frente.

Quando a Universidade Lusófona, na pessoa do Dr. Artur Costa me lançou este desafio, desde a primeira hora que o decidi aceitar pela pertinência dos temas a abordar.

A proteção da floresta e a promoção do bem-estar ambiental é, para além de um dever, uma área de interesse pessoal que me acompanha à longos anos e é com indisfarçável orgulho que abraço a oportunidade de intervir nos seus desígnios.

Entendo esta iniciativa como um momento privilegiado para o debate, reflexão e sensibilização, determinantes para traçar os alicerces de uma intervenção conjunta e concertada de prevenção e combate a incêndios florestais e cuja urgência e sentido redobrado se acentua quando nos

aproximamos de mais uma época crítica, ansiando-se que seja infinitamente menos gravosa que a época do ano de 2017.

Muito se tem discutido acerca da necessidade de uma política florestal bem estruturada e eficiente na prática, de modo a unir o sector e a reconstituir uma fileira forte e com o reconhecido peso na economia portuguesa. Todos os anos se repetem os elogios e os discursos acerca da importância da Floresta em Portugal. Todos os anos se discutem estratégias potenciadoras de maior segurança para a mancha verde.

Mas paralelamente a este debate contínuo, verifico, com desalento, que a escassez ou ausência de medidas concretas e concertadas entre os diferentes agentes da sociedade, no que respeita à Política Florestal se constitui como um dos, senão o principal, fatores para a fragilidade e vulnerabilidade do Ordenamento das Florestas.

É também do conhecimento geral que as nossas Florestas têm sofrido nos últimos anos inúmeras agressões, inequivocamente devido aos fogos florestais, compreendendo-se portanto a importância de uma luta eficaz e eficiente contra este flagelo.

Que num primeiro momento atinge a floresta propriamente dita mas cujo impacto negativo se reflete imediatamente na sociedade civil enfraquecendo dramaticamente as suas condições de vida.

Num momento em que a problemática dos incêndios é um assunto na ordem dia e que a sua prevenção e combate é um desígnio nacional, é imprescindível que todos os intervenientes se articulem e interajam de forma a desenvolver estratégias que protejam a floresta e, simultaneamente, salvaguardem pessoas e bens.

Não podemos esquecer a tragédia que assolou o nosso país no ano passado e que não pode voltar a repetir-se sob nenhuma condição ou excepção.

Num *ano muito difícil* para a floresta e para a sociedade portuguesa, no qual os pesadelos pessoais se tornaram numa realidade trágica colectiva, também o nosso concelho, por ventura de uma forma menos grave, foi afetado pelos incêndios de 15 de Outubro.

E apesar de não termos a registar vítimas mortais ou feridos graves, observamos avultados prejuízos de ordem material, desde habitações permanentes a casas de segunda habitação até danos em explorações agrícolas e florestais.

Também temos bem presente, que nas últimas duas décadas, as nossas terras e gentes foram fustigadas por quatro grandes incêndios, designadamente em **2005** (2.800ha), em **2010** (1.520ha), em **2011** (686ha) e em **2016**, neste ano que consideramos o mais gravoso, numa única ocorrência arderam cerca de 2.430ha de área florestal, sendo que nesse mesmo ano tivemos mais três grandes ocorrências que perfizeram uma área ardida de 3.150ha, que correspondeu a cerca de 34% da área florestal do concelho.

Felizmente, mais uma vez, sem perdas humanas a registar.

Faz, portanto, todo o sentido que o nosso município acolha este debate em forma de Jornadas e, antes de passar a palavra aos ilustres palestrantes, permitam-me que faça um breve **enquadramento do concelho**:

Vale de Cambra, com uma população residente de 22 864 habitantes e 11 850 alojamentos (censos de 2011) distribuídos por uma superfície de 147,3

Km², é um dos 19 municípios que integram o distrito de Aveiro, pertence à Área Metropolitana do Porto e juntamente com os municípios de Santa Maria da Feira, Espinho, Arouca, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, fazem parte da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria.

Sendo Vale de Cambra um concelho Industrial.

Em termos territoriais, é maioritariamente rural e as áreas predominantes são as florestais, que representam 74,4% da área do Município, seguindo-se as áreas agrícolas com 15,0%

Em **termos florestais** temos como espécies dominantes o Eucalipto, o Pinheiro Bravo e o Carvalho Roble, distribuídos em povoamentos puros ou mistos. Em termos percentuais podemos constatar que os **povoamentos puros de Eucalipto** são os que apresentam a maior área, constituindo 26% da área florestal do município, seguido dos **povoamentos mistos de Eucalipto e Pinheiro Bravo** (13%) e dos **povoamentos puros de Pinheiro Bravo também** (13%).

Esta ocupação associada a uma orografia bastante acidentada faz com que tenhamos uma perigosidade de incêndio bastante elevada implicando dificuldades acrescidas no seu combate.

A **autarquia priorizou nos orçamentos camarários**, ao longo dos últimos anos, verbas destinadas à implementação de estratégias de defesa da floresta contra incêndios, em consonância com o previsto no Plano Municipal de Defesa da floresta Contra Incêndios, destacando-se:

- Asseguramos a beneficiação de **46 Km de rede viária florestal**, com recurso a candidatura aprovada pelo POSEUR.
- A beneficiação de **25 Km de rede viária florestal**, com recurso a verbas próprias da autarquia.
- Procedemos, anualmente, à **manutenção e beneficiação da rede de pontos de água**.
- Garantimos a **construção de 10 reservatórios DFCI de 1.ª ordem**, com de 120 m³, que permitem a cobertura da totalidade do território municipal, através do recurso a financiamentos da extinta Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais (CNEFF).
- Asseguramos em 2017 a constituição de mais **uma equipa de sapadores florestais**, atualmente em fase de operacionalização, garantindo um reforço dos recursos humanos especializados em ações de prevenção, vigilância e primeira intervenção.
- Apoiamos a constituição de uma **equipa de intervenção permanente** na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra.
- No decurso deste ano temos ainda, em andamento um procedimento cujas **verbas são superiores a 50.000€**, destinados à contratação de máquinas de reforço à continuidade e ao melhoramento da rede viária florestal, em áreas florestais de elevado risco de incêndio.
- Por fim, dizer ainda que celebramos contrato com um prestador de serviços para a **execução de cerca de 87ha de faixas de gestão de combustível em redor de zonas industriais** num total aproximado de 246.200€, e cujos trabalhos terão início na próximasemana.

Relativamente a este último ponto, não me é possível deixar de tecer algumas considerações sobre a legislação referente às redes secundárias de faixas de gestão de combustível.

A origem desta lei remonta a 2006 e suas sucessivas alterações legislativas, culminando com a publicação do orçamento de estado para 2018 que veio responsabilizar os municípios pela gestão florestal da propriedade privada, criando-lhes um ónus financeiro para o qual não estavam preparados, sem qualquer financiamento complementar por parte do governo central.

Mais, do ponto de vista do proprietário, estas medidas, que culminaram com a publicação do Decreto-lei n.º 10/2018 vieram introduzir critérios pouco claros e de difícil perceção por parte da generalidade da população, criando um ónus sobre a propriedade, reduzindo a sua já baixa rentabilidade, levando com estas medidas a um progressivo abandono da propriedade e um crescente movimento de litoralização da população.

De forma a sensibilizar a população e apoiar a mesma na compreensão desta matéria, a Câmara Municipal em parceria com a GNR, organizou e promoveu inúmeras ações de sensibilização nas freguesias do Município.

Sendo de salientar que em cada uma delas nos deparamos com uma plateia de pessoas idosas - realidade de um concelho, como tantos outros, com uma população rural muito envelhecida.

Com pouca capacidade financeira para a realização das tarefas de limpeza da floresta e sem meios técnicos disponíveis para, num tão curto espaço de tempo, se organizarem de forma a garantir o preconizado pela lei.

Em muitos casos foi visível que a preocupação toldava a capacidade de interpretação e ação prática.

E em muitos outros casos foram colocadas questões que entendemos estar omissas no quadro legal em vigor, depreendendo-se uma necessidade premente de revisão do diploma, à luz da realidade rural portuguesa e das limitações inerentes aos contextos de vida na atualidade.

É pois entendimento dos municípios que a atualização e fiscalização do cumprimento do DL 124/2006 é fundamental para evitar a ocorrência de novas catástrofes, **não obstante** é obrigatória a reflexão e revisão do mesmo de forma a otimizar a sua operacionalização, potenciando uma participação activa de todos os agentes da sociedade e que promova, simultaneamente, a criação de infraestruturas, rotinas e enraizamento de hábitos de proteção da natureza.

Que se possam integrar e diluir naturalmente no quotidiano dos cidadãos e intuições, suprimindo-se o foco na dimensão coerciva e pontual das medidas de prevenção de incêndios florestais em vigor.

Importa pois olhar o problema de frente mas não atuar por medidas avulso.

Importa pensar numa estratégia a 20 ou 30 anos pois o caminho que se está a seguir vai agravar ainda mais a situação precária das populações do interior, levando cada vez mais à litoralização.

É importante pensar na floresta como uma atividade económica, criando incentivos ao emparcelamento, à constituição de agrupamento de produtores florestais, melhorando os acessos, profissionalizando o setor.

É importante olhar para os bombeiros como a verdadeira ancora que sempre o foram no socorro de pessoas mas também no pronto combate aos fogos florestais.

Obrigado bombeiros de Vale de Cambra mas também obrigado bombeiros de Portugal.

É importante a criação de guardas florestais que sejam verdadeira autoridade na proteção e vigilância da floresta.

É importante o reforço dos GIPS como autoridade na vigilância, fiscalização e também no combate aos fogos, dotando esta força de meios capazes para o exercício da sua missão, não faltando com equipamento, pronta reparação de viaturas para que a sua missão não seja comprometida. Aqui fica também o meu e nosso agradecimento pela colaboração desta força da GNR.

Termino agradecendo a todos a presença, formulando votos que estas Jornadas se revelem da máxima utilidade e que 2018 seja um bom ano para todos de preferência sem fogos.

Limpeza de faixas de gestão de combustível

A ANMP defende, como objetivo programático, que a floresta seja considerada uma prioridade nacional, também em termos de financiamento no âmbito do Quadro Comunitário Portugal 2020.

A ANMP considera que, com um forte envolvimento das Autarquias, deve promover-se o ordenamento da floresta, implementar medidas de defesa da floresta e fomentar a criação de medidas de proteção civil junto das populações, sendo que os Municípios estão inteiramente disponíveis para participarem em todas as medidas de salvaguarda da floresta e de prevenção de incêndios florestais e a Associação Nacional de Municípios Portugueses está empenhada em encontrar soluções adequadas à preservação da floresta.

De acordo com a ANMP, os Municípios estão, naturalmente, empenhados neste processo, mas conhecem a realidade e sabem que, para que a legislação seja exequível e tenha os efeitos positivos pretendidos, é preciso tempo, meios humanos e financeiros e o conhecimento atualizado do cadastro das propriedades. Por isso, para a Associação, as penalizações previstas na lei do Orçamento do Estado não resolvem os problemas da floresta. Os problemas existentes na floresta portuguesa resolvem-se através da adoção de políticas nacionais e de uma cooperação forte entre a Administração Central e a Administração Local, envolvendo também as diversas entidades públicas e privadas.